

O Brasil e o Regime de Não-Proliferação

André Tenório Mourão
04/05/04

A conjuntura internacional, nos últimos tempos, viveu momentos de incerteza em relação ao regime internacional de não-proliferação de armamentos nucleares. O Brasil, país tradicionalmente pacífico e que renunciou completamente ao uso da energia nuclear para fins militares, anunciou que passará a enriquecer urânio a partir do mês de maio, com a intenção de produzir combustível para suas usinas nucleares. A declaração brasileira foi imediatamente seguida por crescentes pressões por parte dos Estados Unidos e de órgãos multilaterais para que sejam feitas inspeções mais minuciosas no processo brasileiro de enriquecimento de urânio. O nervosismo teria sido causado por ser esse processo uma das etapas necessárias para a produção de bombas atômicas.

O Brasil recusou-se a receber inspeções mais escrupulosas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), argumentando a necessidade de proteger a tecnologia utilizada no processo de enriquecimento. O método utilizado pelo país é o de ultracentrifugação por levitação magnética, tecnologia que os brasileiros alegam ser mais eficiente e avançada que a difusão gasosa, utilizada pelos Estados Unidos, e que a ultracentrifugação, processo empregado por países europeus. As autoridades brasileiras temem a possibilidade de espionagem. Outro fator que deve ser levado em consideração, ao se analisar a atitude brasileira, é que o país não deseja ser visto pela comunidade internacional como integrante do mesmo grupo composto por países como a Coreia do Norte e o Irã, que provocam problemas internacionais com seus programas nucleares.

Na realidade, como foi posteriormente admitido pelos Estados Unidos, há uma grande confiança de que não há chances reais de que o Brasil desenvolva uma política nuclear semelhante à de países considerados como “problemáticos” para as relações internacionais. O Brasil não só está comprometido com o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), como é componente da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), sendo um dos poucos países sujeitos a inspeções por outro órgão que não seja a ONU.

As inspeções mais minuciosas demandadas pelos Estados Unidos estão previstas no Protocolo Adicional do TNP, instrumento que não foi aceito pelo Brasil. No entanto, menos da metade dos países membros da AIEA ratificaram o acordo. A posição brasileira está longe de destoar da posição predominante na comunidade internacional.

A possibilidade de o Brasil representar um problema militar é ainda mais reduzida ao se observar que o nível de enriquecimento para a produção de combustível é em torno de 5%, enquanto que, para a produção de uma bomba, seria necessário um nível de 80%: as usinas brasileiras estão longe de ter essa capacidade. As inspeções que são feitas atualmente às instalações brasileiras já são suficientes para evitar o mal-uso do urânio enriquecido. O ponto principal a se notar é que as pressões sobre o Brasil não têm como origem um receio de que este venha a ser uma ameaça: os Estados Unidos precisam manter uma posição mais firme para que o regime internacional de não-proliferação não se enfraqueça. Se a atitude brasileira for encarada com apatia, há o risco de um esvaziamento do Protocolo Adicional. Nesse contexto, ficaria mais difícil exigir uma mudança na posição de países como o Irã e a Coreia do Norte.